



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2008**

*Disciplina e regulamenta a gestão, administração e o funcionamento de emissoras de rádio e televisão mantida pelos legislativos federal, distrital, estaduais e municipais e dá outras providências.*

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta lei disciplina os objetivos, o funcionamento, a gestão e a utilização dos canais legislativos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais e das emissoras de rádio operadas pelo poder legislativo, bem como os trabalhos por eles produzidos.

**DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 2º** Entende-se por Canal Legislativo os serviços de cobertura e difusão de imagem ou som por ondas hertzianas, a cabo, satélite ou pela rede mundial de computadores - Internet.

**Art. 3º** Os canais legislativos têm por objetivo a divulgação para a opinião pública das atividades legislativas, dos eventos ocorridos na Casa Legislativa mantenedora, bem como dos fatos do cotidiano que digam respeito ao Poder Legislativo.

§ 1º Os critérios de cobertura jornalística serão definidos por um conselho editorial, devendo priorizar as sessões do Plenário, as reuniões das comissões permanentes e temporárias, as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e as atividades da Presidência da Casa e da Mesa Diretora.

§ 2º Nas transmissões ao vivo de televisão e de rádio, as sessões do Plenário, das comissões permanentes e temporárias e das reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão ser alvo de edição, trucagem ou qualquer efeito técnico que desvirtue o efetivo conteúdo do debate realizado.



**Art. 4º** É objetivo fundamental dos Canais Legislativos contribuir para elevar o nível de informação da sociedade, veiculando programas de caráter jornalístico, educativo, cultural e científico, por eles produzidos, realizados em co-produção ou obtidos de terceiros.

**Parágrafo único:** A programação musical dará prioridade à veiculação da música brasileira.

**Art. 5º** Os canais legislativos deverão também:

- a) difundir a educação continuada à distância;
- b) incentivar a implantação e a operação em todo o país de rede legislativa de emissoras de televisão e de rádio;
- c) difundir culturas e informações de outras nações, visando à integração entre os povos, especialmente os da América Latina e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- d) contribuir para a integração entre os Legislativos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais;
- e) estimular a produção independente de vídeos, de filmes e de programas radiofônicos.

**Art. 6º** Para a realização de suas atividades, os canais legislativos poderão:

- a) valer-se de convênios de cooperação com outras emissoras, entidades e empresas;
- b) realizar produtos em regime de co-produção;
- c) distribuir sua programação via telerádiodifusão aberta, via satélite, telecabodifusão, redes de comunicação por computador, além de outros recursos de comunicação que vierem a se tornar disponíveis; e
- d) valer-se de convênios com vistas ao desenvolvimento das televisões e rádios comunitárias.

**Art. 7º** As atividades jornalísticas e culturais dos canais legislativos terão caráter apartidário e imparcial e deverão refletir a pluralidade ideológica do conjunto de parlamentares.

## **DO TRATAMENTO EDITORIAL**

**Art. 8º** Os canais legislativos assegurarão em suas emissões a pluralidade das informações, tratamento isonômico às manifestações discordantes dos parlamentares e o direito de resposta.



**Art. 9º** O noticiário dos veículos legislativos deverá ser escrito e apresentado em linguagem que torne os assuntos abordados compreensíveis ao público em geral.

**§ 1º** Aos jornalistas servidores públicos que atuam nesses veículos não se aplicarão os dispositivos da Lei Nº 8.027 de 12 de abril de 1990, que forem incompatíveis com a liberdade de expressão e a liberdade de exercício profissional para cumprimento dos objetivos desta lei.

**§ 2º** Na edição, utilizar-se-á o critério o jornalístico, resguardado o interesse público.

**§ 3º** Os jornalistas, radialistas e publicitários serão regidos pelos respectivos Códigos de Ética Profissionais.

**Art. 10** Aos jornalistas e radialistas dos canais de comunicação legislativa, quando no exercício da função jornalística, é assegurado o acesso às dependências restritas aos parlamentares, salvo deliberação em contrário da Mesa do respectivo Poder Legislativo.

**Art. 11** Os Canais Legislativos manterão arquivos de som e imagens abertos à consulta pública e disponíveis para solicitação de cópias mediante pedido, por escrito, com indicação do conteúdo desejado.

**§ 1º** É vedado o uso dos canais legislativos por parte dos parlamentares para fins eleitorais ou publicidade de caráter pessoal.

**§ 2º** Até três meses antes da data das eleições, poderão ser fornecidas aos parlamentares cópias de seus pronunciamentos e de material jornalístico sobre suas atividades e pronunciamentos.

**§ 3º** Os canais legislativos poderão cobrar pela produção de cópias de seus acervos, bem como comercializar os produtos que julgar conveniente, devendo a receita de tais comercializações ser totalmente re-investida no custeio dos referidos canais.

**Art. 12** As notícias, imagens e áudios elaborados pelos Canais Legislativos poderão ser cedidos gratuitamente para outros veículos de comunicação, públicos ou privados, desde que não venham



ser alvo de comercialização por terceiros e quando de sua difusão ao público seja identificada a origem do material jornalístico.

**§ 1º** A identificação das imagens a que se refere o caput dar-se-á mediante a inserção de logomarca do Canal Legislativo.

**§ 2º** A identificação dos textos e áudios dar-se-á mediante a inserção impressa ou narrada do nome do canal legislativo.

**Art. 13** As imagens e sons captados pelos Canais Legislativos poderão ser cedidos a outras emissoras em tempo real, desde que as imagens sejam seladas com o logotipo do Canal.

**Art. 14** A cobertura e edição jornalísticas deverão evitar a publicidade pessoal dos parlamentares, evitando-se a divulgação massiva de determinados parlamentares em detrimento de outros, exceto quando a cobertura jornalística assim o exigir.

**Art. 15** Os eventos externos à Casa Legislativa só contarão com cobertura jornalística dos veículos de comunicação da Casa quando se tratar de missão oficial ou tiver relação direta com os trabalhos legislativos.

**Parágrafo Único.** As atividades de interesse individual do parlamentar e ou do partido político não serão objeto de cobertura pelos veículos de comunicação legislativa.

**Art. 16** A veiculação de textos e imagens pela Internet obedecerá aos critérios estabelecidos pela presente lei, respeitadas as diferenças técnicas existentes entre veículos impressos e eletrônicos.

**Art. 17** É vedada a cessão de equipamentos, instalações e materiais dos Canais para gravações e produções pessoais dos parlamentares, dos partidos, bem como de instituições privadas, salvo quando da existência de contrato ou convênio de co-produção.

**§ 1º** É vedado o uso de equipamentos, instalações e materiais dos Canais para gravações e produções de propaganda eleitoral.



**Art. 18** Os programas jornalísticos produzidos pelos Canais Legislativos serão preferencialmente elaborados e apresentados por jornalistas servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Casa Legislativa.

**Art. 19** As instalações, os materiais e os equipamentos dos Canais Legislativos somente poderão ser utilizados para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos estabelecidos por esta Lei.

**Art. 20** Os parlamentares que derem uso indevido às instalações, aos materiais e aos equipamentos dos Canais Legislativos serão passíveis de perda ou suspensão do mandato, na forma que dispuser a legislação aplicável.

## **DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 21** Os canais legislativos serão dirigidos por um conselho editorial e artístico e por uma direção executiva.

**§ 1º** É vedada a transferência da administração, direção, planejamento, gerência ou coordenação dos canais legislativos a empresas, instituições privadas ou organizações não governamentais.

**Art. 22** O conselho editorial e artístico terá sua composição definida pela Mesa Diretora da Casa a que for vinculado o canal legislativo, obedecidos os critérios mínimos de representação definidos por esta lei.

**Art. 23** O Conselho Editorial e Artístico será formado por, no mínimo, 7 (sete) membros, designados por Ato do Presidente da Casa Legislativa e terá a seguinte representação mínima:

- I** – Dois parlamentares, sendo um representante da Maioria e outra da Minoria, sendo presidente o representante da Maioria;
- II** – O diretor executivo do Canal Legislativo como membro nato;
- III** – Um representante eleito entre os funcionários de carreira da seção responsável pela Comunicação Social do Canal Legislativo;



**IV** – Um representante das entidades culturais e artísticas da localidade onde estiver instalada a Casa Legislativa;

**V** – Dois representantes das entidades representativas de jornalistas e radialistas com base na localidade onde estiver instalada a Casa Legislativa.

**Parágrafo Único:** Todos os membros do Conselho Editorial deverão ser designados com um suplente.

**Art. 24** Compete ao Conselho Editorial e Artístico, órgão de consulta e deliberação, manifestar-se sobre as atividades dos veículos de comunicação legislativa e sobre a política de comunicação social da Casa Legislativa mantenedora e prestar assessoria à Mesa Diretora na sua área de atuação, especialmente sobre:

- a)** a programação dos Canais Legislativos;
- b)** manuais de procedimentos e de redação dos veículos de comunicação, quando necessário;
- c)** a linha editorial e as questões relativas à cobertura jornalística dos veículos de comunicação;
- d)** sobre as ações de comunicação institucional do Poder Legislativo respectivo;
- e)** manifestar-se sobre as propostas de estrutura organizacional e de pessoal dos Canais Legislativos;
- f)** a competência, produtividade, gerenciamento da diretoria executiva do Canal Legislativo;
- g)** a proposta de orçamento, e a aprovação anual da prestação de contas do Canal Legislativo;
- h)** a elaboração e implementação do seu regimento interno, e
- i)** a indicação à Mesa Diretora da Casa Legislativa respectiva, mediante lista tríplice, do diretor executivo do Canal Legislativo.

**§ 1º** É privativo dos servidores do quadro permanente da respectiva Casa Legislativa o exercício das funções de direção e ou chefia dos canais legislativos.

**§ 2º** Juntamente com a lista tríplice, deverão ser encaminhados as respectivas propostas editoriais e jornalísticas para o Canal Legislativo em pauta.

**§ 3º** A seleção do diretor executivo deverá considerar a experiência pregressa do candidato, o atendimento às exigências legais e laborais para o exercício do cargo e a proposta programática por ele pretendida.

**Art. 25** O mandato dos membros do Conselho Editorial e Artístico será de dois anos, permitida uma recondução, e encerrar-se-á quarenta e cinco dias após o término do mandato da Mesa Diretora.



**Parágrafo Único:** Ao início de cada legislatura a Mesa Diretora empossará o Conselho até 45 (quarenta e cinco) dias após a sua eleição.

**Art. 26** O Conselho Editorial e Artístico reunir-se-á ordinariamente a cada mês ou extraordinariamente por convocação:

- a)** do seu Presidente;
- b)** de pelo menos um terço de seus membros;
- c)** do Presidente da Casa Legislativa;
- d)** da Mesa da Casa Legislativa.
- e)** de um terço dos parlamentares
- f)** de um terço dos profissionais lotados no Canal Legislativo

**Art. 27** As decisões do Conselho Editorial e Artístico serão tomadas pela maioria de seus membros.

**Art. 28** Os canais legislativos contarão com orçamento próprio, definido a cada exercício fiscal pelo orçamento da Casa Legislativa mantenedora.

**Art. 29** A lista tríptica de que trata a alínea “i” do artigo 24, deverá ser composta de integrantes do quadro permanente da Casa Legislativa, observada as exigências legais para o desempenho da função e após a avaliação pública de suas competências, mediante sessões públicas de sabatinas realizadas pelo Conselho Editorial e Artístico.

**Art. 30** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Senado Federal, 25 de junho de 2008

***JOSÉ NERY AZEVEDO***  
*Senador da República*  
*Líder do PSOL*



## **JUSTIFICAÇÃO**

A proposição, que temos o prazer de submeter à elevada avaliação dos nobres pares, tem a finalidade de trazer ao debate proposta de legislação sobre operação e funcionamento de canais e rádios de responsabilidade dos poderes legislativos, sejam estes municipais, estaduais, distrital, ou federal.

A proposta apresentada inclui condicionantes para operação e garantias da expressão democrática das diversas posições políticas que compõem a diversidade social brasileira ao mesmo tempo em que inclui disposições garantidoras da participação da sociedade. Se por um lado a proposta garante a expressão da diversidade política, também cria as condições para que os canais possam, com independência, realizar o trabalho de interesse público na divulgação dos atos e fatos das respectivas Casas Legislativas.

Embora já existam diversos rádios e canais legislativos em operação no território nacional, não há legislação a estabelecer suas condições de funcionamento, sendo certo, entretanto, que os mesmos devem funcionar tendo como principal objetivo o esclarecimento e o interesse públicos.

Esperamos que a partir da proposta apresentada se estabeleça discussão a respeito do tema e ao final ofertarmos à sociedade brasileira uma legislação adequada ao desafio de fazer com que os canais e rádios legislativos possam servir de instrumento de informação à sociedade das atividades legislativas executadas pelo respectivo poder legislativo e não somente de interesses menores de grupos, ainda que estes, eventualmente possam constituir-se em maioria.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição.